

ESTIMULAÇÃO PRECOCE E AUTISMO: a importância da estimulação precoce em crianças com o transtorno do espectro autista

TOMAZELI, Glecia Mara, Licencianda em Educação Especial no Centro
Universitário Internacional Uninter.

BARBOSA, Sidney Graduado em Pedagogia. Especialista em Pedagogia
Empresarial e Magistério Superior. Orientador da Uninter

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo inicial, compreender o conceito do Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como as dificuldades da abordagem da criança autista inserida no ambiente pedagógico e social. Além disso, identificar a importância da estimulação precoce nesses casos. Posteriormente, compreendida essa condição, é válido estabelecer, do ponto de vista pedagógico, formas de reflexão teórica e intervenções práticas que auxiliem os portadores do transtorno e, responsáveis que tratam direta ou indiretamente com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). É através da intervenção centrada na família e nos ambientes naturais da criança, observados também os professores e demais profissionais que a atendem, da análise de seu desenvolvimento, prioridades e as necessidades gerais e educativas que se organiza em rede, o planejamento de ações que resultem em avanços tanto para a criança, como seu contexto familiar e escolar. No ambiente pedagógico a estimulação precoce é utilizada como uma forma de promover o desenvolvimento integral da criança público alvo da educação especial, que diante as suas características particulares necessitam de maior estimulação. Para o desenvolvimento do referido artigo, buscou-se utilizar a metodologia na pesquisa através de uma revisão bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na internet.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Estimulação Precoce. Intervenção. Criança. Ambiente Pedagógico.

1 INTRODUÇÃO

O autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) se define como um distúrbio em desenvolvimento. Apresenta-se como um espectro, visto que as características variam de um nível leve até o severo, comprometendo o desenvolvimento normal e pode ser notado antes da idade de 03 (três anos) afetando diretamente a interação social, a

comunicação e o comportamento, resultando em limitações principalmente no ensino aprendizagem das crianças.

Dessa forma, fazer com que uma criança diagnosticada com autismo absorva os conteúdos dispostos tem sido um enorme desafio para os profissionais da educação, o desconhecimento da síndrome apresenta uma série de dúvidas sobre a forma correta de promoção da educação para esses indivíduos e as intervenções no seu processo avaliativo.

É evidenciado quanto mais as pesquisas avançam neste sentido, confirma-se que quanto mais breve iniciar a intervenção, mais celere será evitada a cristalização e agudização dos problemas e, posteriormente o surgimento de efeitos secundários.

Nesta esteira, as crianças diagnosticadas ou sinalizadas com autismo, apresentam características e necessidades específicas, logo surge o papel dos professores de educação especial suprimindo estas necessidades. Todavia, para isso é necessário estarem familiarizados com os sinais para detectarem um possível transtorno, estando atentos e vivos de encontro às necessidades das crianças, intervindo e atuando com presteza diante do transtorno.

O autismo nada mais é que déficits na formação das redes de linguagem, em alguns indivíduos surgem retardos afásicos (perda completa da linguagem), disfásicos (prejuízos, dificuldade de linguagem e, raramente em outros surgem retardos anártricos (alterações no nível de fonemas e palavras, de maneira leve, moderado ou severo).

Estes transtornos afetam a função primordial do reconhecimento recíproco, como traz Jerusalink (2012). O autor ainda segue apontando que o autismo é o fracasso da construção das redes de linguagem e o prodomínio de automatismos. Por sua vez, destacou as três estruturas psíquicas que a psicanálise trabalha nas psicopatologias, isto é, neurose, psicose e perversão, ou seja, nas três o indivíduo apresenta dificuldades para conciliar seus desejos com a realidade.

No que tange a estimulação precoce, apresenta-se como a formação psíquica do bebê sem desconsiderar os aspectos biológicos e estruturais desta fase fundamental para o desenvolvimento e estimulação da neuroplasticidade em crianças com transtornos globais – não encontram uma significação para si e o mundo externo – alguns indivíduos apresentam condutas atípicas e estereotipadas, nota-se a importância da detecção e

intervenção precoce o mais cedo possível, imprescindivelmente antes dos três anos de idade, resultando em um reinscrição funcional da estrutura psíquica e a diminuição da patologia se instalar pro resto da vida.

Neste diapasão, após a inclusão do indivíduo no ensino regular, recair-se-á responsabilidade ao educador notar e identificar precocemente no aluno características que fogem da normalidade, sendo essencial para a intensificação à comunicação, interação social no ambiente escolar e na sociedade.

Feita essa identificação, caberá ao docente utilizar de metodologias pedagógicas adequadas para cada caso, bem como um olhar afetuoso sendo um ferramente importante para o educador dispor de recursos necessários para possibilitar um melhor convívio em sala de aula e trabalhar as dificuldades trazidas pelas crianças acometidas da síndrome.

O ambiente escolar é com certeza o caminhar inicial para a inclusão da criança autista. Partindo da integração na educação infantil, momento este que o aluno dará seus primeiros passos no desenvolvimento intelectual e afetivo socialmente, inserido em uma nova realidade, disposta por docentes, colegas, equipe escolar e multidisciplinar.

O presente estudo será apresentado de forma conceitual acerca do tema autismo, bem como discorrerá sobre a importância da estimulação precoce dos indivíduos acometidos do transtorno, além disso refeltrá sobre as dificuldades pedagógicas e sociais da criança autista. Por fim, identificar a relevância do papel das equipes multidisciplinares e do educador na percepção de alterações dos alunos para diagnosticar o transtorno rapidamente e sua atuação na reinserção do aluno no ambiente escolar e social.

Por fim, para dar sustentação e confiabilidade a pesquisa foi pautada em autores como Volkmar (2018), Brito (2015), Bosa (2002), Adurens e Mello (2017), Marinho e Merkle (2009), entre outros estudiosos. Não obstante, como maior referência para esse estudo foram as obras dos autores, Dr. Leo Kanner (1943), Jerusalinsky (2012 e 2017), Hans Asperger (1944) e Siegel (2008). Estas revisões bibliográficas, possuem enfoque qualitativo, pesquisa explicativa e método indutivo.

2 METODOLOGIA

No sentido de propiciar uma leitura e informações confiáveis aos leitores, buscou-

se dispor de uma revisão bibliográfica com autores renomados, com enfoque qualitativo, uma pesquisa explicativa e método indutivo.

Dessa forma, analisando e apresentando de forma crítica as informações coletadas, com a finalidade de realizar um estudo com o objetivo de compreender a relevância da estimulação precoce de crianças com o transtorno autista, bem como sua interação no ambiente escolar e social.

Além disso, demonstrar a importância do ambiente escolar para a estimulação precoce, o diagnóstico e a inserção do autista na sociedade, sendo o educador o grande responsável por propiciar a integração das crianças acometidas pelo Transtorno do Espectro Autista no dia a dia de outras sem deficiência.

Expor a necessidade de novos estudos e investimentos na educação infantil é também o alvo da pesquisa.

Parte-se da leitura, análise e reflexão em obras, artigos científicos, reportagens jornalísticas, publicações em sites na internet dentre outros materiais que darão base para a coleta de dados, informações e conteúdos acadêmicos sobre o tema.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA/ ESTADO DA ARTE

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi analisado inicialmente pelo psiquiatra infantil Dr. Leo Kanner em meados de 1943 nos Estados Unidos. Definiu-se como síndrome, uma vez que indivíduos acometidos por esta possuíam sintomas e características comportamentais específicas. Estas por sua vez, apresentavam níveis leves aos severos, levando ao isolamento social do indivíduo e incapacidade de comunicação verbal. Marinho e Merkle (2009, p. 6.08) relatam:

Kanner (1943) ressalta que o sintoma fundamental, “o isolamento autístico”, estava presente na criança desde o início da vida sugerindo que se tratava então de um distúrbio inato. Nela, descreveu os casos de onze crianças que tinham em comum um isolamento extremo desde o início da vida e um anseio obsessivo pela preservação da rotina, denominando-as de “autistas”.

O estudioso Hans Asperger (1944) ampliou as descrições e situações características

trazidas por Kanner (1943), como é o caso de comprometimento orgânico. Bosa (2002, p. 25) salienta que Asperger propôs, no entanto:

A questão da dificuldade das crianças que observava em fixar o olhar durante situações sociais, mas também fez ressalvas quanto a presença de olhar periférico breve; chamou a atenção para as peculiaridades dos gestos – carentes de significados e caracterizados por estereotípias – e da fala, a qual podia apresentar-se sem problemas de gramática e com vocabulário variado, porém monótona.

Embora a síndrome apontada por Asperger (1944) houvesse diferenças pela apontada por Kanner (1943), tinham semelhanças como dificuldades no “relacionamento interpessoal e na comunicação”. Este denominou inicialmente como distúrbio autístico do contato afetivo e aquele usará o termo psicopatia autística. Finalmente, ambos os autores concluíram por usar o termo autismo.

Em sua obra, *Psicanálise do Autismo* de Jeruslinsky (2012), relatou que Léo Kanner foi o primeiro a dispor o autismo como uma síndrome, gerando discussões em torno do diagnóstico, causalidades e intervenções há época. Assim, as mães passaram a serem vistas como culpadas por seus filhos possuírem o espectro.

Conforme Adurens e Melo (2017), atualmente é encontrado uma série de abordagens com diferentes enfoques em relação ao diagnóstico. Alguns escritores relatam que é uma epidemia diagnóstica do autismo infantil precoce, no qual consideram que uma das causas seria a nova classificação do Transtorno do Espectro Autista (TEA), contribuindo para o aumento de pessoas com o diagnóstico.

Jerusalinsky (2017), traz que vem aumentando constantemente o diagnóstico em crianças até os três anos de idade. Considera ainda que grande parte é consequência da expansão das categorias diagnósticas do DSM-V, englobando diferentes quadros entre si, tornado o TEA um grande guarda-chuva.

Por sua vez, o Ministério da Saúde, segundo Brasil (2016), evidência estudos que quantificam tais critérios diagnósticos, conforme a citação a seguir:

[...] estudos recentes sugerem que aproximadamente 70% desses indivíduos também preencham critério diagnóstico para pelo menos um outro transtorno mental ou de comportamento (frequentemente não reconhecido) e 40%

preenchem critério diagnóstico de pelo menos outros dois transtornos mentais, principalmente ansiedade, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e transtorno desafiador de oposição [...]. (BRASIL, 2016, p. 02).

O autismo é uma síndrome complexa afetando três importantes áreas do desenvolvimento humano que é a comunicação, a socialização e o comportamento. (BRITO, 2015, p.82).

Nesta esteira, visto à complexidade da síndrome, pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes. Isto porque o autismo varia em grau de intensidade e de incidência dos sintomas. Tal heterogeneidade tem levado a revisão das diretrizes para o seu diagnóstico, inclusive com a mudança da nomenclatura para “Transtorno do Espectro Autista”.

O TEA pode apresentar com maior ou menor intensidade, os graus variam de moderado a severo. Os indivíduos acometidos pela síndrome podem apresentar mutismo, e um comportamento extremamente agressivo, repetitivo e disruptivo. Bem como em casos moderados poderão apresentar um alto nível intelectual, capacidades mais funcionais, contudo ainda apresentando dificuldades nas interações sociais.

Uma das características recaem sobre os défices significativos e persistentes relativamente à interação social e comunicação social em diversos contextos. Segundo Lima (2012: 72), “a relação social é, por norma, restrita, se não existente”. Estes indivíduos apresentam grande dificuldade na relação com o outro, não possuem empatia social e emocional, Siegel (2008: 45), afirma mesmo que: “[...] às crianças com autismo falta um sentido de partilha social”. O isolamento social é algo normal entre essas crianças: “As crianças com autismo são peritas em isolarem-se, mesmo numa sala cheia de gente.” (Siegel, 2008: 42), a maioria delas preferem ficarem sozinhas, indiferentes às pessoas ao lado, algumas raramente procuram o conforto dos próprios pais e, possuem resistência ao afeto, toque ou abraço.

Além disso, é visível também a indiferença em partilhar atividades, interesses e emoções com outras pessoas. “A criança com autismo sente-se suficientemente satisfeita por se satisfazer a si mesma e tem pouca ou nenhuma necessidade de satisfazer os outros.” (Siegel, 2008: 45) São indiferentes com demonstrações afetivas e não participam de situações em grupos, principalmente no ambiente escolar. Bem como, nota-se nesses

indivíduos a falta de contato visual com os demais.

Neste vértice, a imitação – pré-requisitos para a aprendizagem – é mínima ou até mesmo não se nota pertencentes a estes. “[...] a criança com autismo normalmente não desenvolve comportamentos imitativos básicos [...]. O desejo de copiar as ações do outro parece estar ausente [...]” (Siegel, 2008: 56) Por outro lado, momento em que se é notado o aprendizado em determinada situação de imitações, todavia esta não compreende o real significado da atividade.

No que concerne à comunicação social é notado enorme dificuldade neste segmento do autismo pelas crianças acometidas, é apresentada em diferentes graus: “[...] 40 por cento das crianças com autismo são descritas como remetendo-se ao mutismo” (Siegel, 2008: 73), seletivo ou não, nota-se também o uso constante de jargões, uma linguagem imatura: “[...] palavras ou sons com sentido comunicativo, os quais são compreendidas pelas próprias e prestadores de cuidados que lhe são familiares” (Siegel, 2008: 73), inversão pronominal, prosódia anormal, tonalidade da linguagem verbal etc. Algumas crianças que apresentam linguagem expressiva podem dispor de incapacidade de iniciar ou manter uma conversa, visível falta de reciprocidade, compreensão de linguagem, sarcamos etc. Como pode ser visualizado no trecho do autor Lima (2012: 70):

“[...] a fala, ainda que formalmente correta, é frequentemente inadequada, por surgir fora de contexto ou ser demasiado pretenciosa, não atendendo às circunstâncias ou ao tipo de interlocutores. São também comuns alterações de entonação, do volume, do ritmo e da fluência do discurso.”

O indivíduo acometido pelo transtorno ainda pode apresentar inúmeras outras características, como: padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades; falta de entendimento na comunicação não-verbal; perda por completo da progressão linguística; não possuir resposta ao ser chamado pelo nome; interesses restritos apenas em seus próprios interesses em área ou objeto; rigidez de pensamentos e comportamentos; obsessões por ideias, desejos ou pensamentos; impulsividade, agitação psicomotora, agressividade, fobias e medo em situações banais, dentre outras características.

Neste diapasão, diante de tantas dificuldades complexas acometidas em crianças com o TEA, surge então a necessidade da **estimulação precoce** do indivíduo. Esta consiste

em restaurar, assegurar ou substituir a função materna, visto que o terapeuta ou educador – no ambiente escolar – exercerá uma posição de terceiro nessa relação mãe – bebê, devendo este ser o único a realizar as intervenções diretas com a criança, mesmo que possa ser uma intervenção interdisciplinar.

Hansel (2012) afirma que a mudança conceitual nos programas de estimulação precoce acontece pois era baseada em uma função reabilitadora, com o eixo principal na criança com deficiência ou transtorno. Entretanto, usa-se o termo *atenção precoce* que resulta em uma perspectiva preventiva, social e ecológica do desenvolvimento, sendo a família o centro e os serviços interdisciplinares visam o desenvolvimento da criança.

Neste sentido, nota-se uma ampliação do antigo modelo de atendimento proposto. Surgindo um entrelaçamento da “[...] vertente da reabilitação da intervenção psicossocial e a educação dando forma a um processo integral que objetiva o desenvolvimento harmônico da criança aos mais diversos contextos” (COSTA, 2013, p. 26-27).

Outro termo estabelecido seria a *educação precoce* voltada “[...] à intervenção ao nível educacional, no sentido de estabelecer um conjunto de medidas que ajudem a criança a adquirir o maior número possível de competências, tendo em vista o seu desenvolvimento” (CORREIA, 2011, p. 52). Logo, realizar-se-á na rede de ensino, exclusivamente por educadores, visando à inclusão da criança público alvo da educação especial na escola regular.

As Diretrizes Educacionais sobre a Estimulação Precoce preconizam que “[...] conjunto dinâmico de atividades e recursos humanos e ambientais incentivadores que são destinados a proporcionar à criança, nos primeiros anos de vida, experiências significativas para alcançar pleno desenvolvimento no seu processo evolutivo” (BRASIL, 1995, p. 11).

Citado isso, entende-se que a estimulação precoce propiciará serviços, apoios e recursos atendendo as necessidades das crianças e das famílias, sendo uma ferramenta preventiva e assistencial importante promovendo o desenvolvimento infantil.

Logo, a estimulação precoce como forma preventiva possui objetivo de desenvolver potencialmente as capacidades de desenvolvimento da criança, possibilitando a mais completa integração com a família, a escola e a sociedade.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional inclui a Educação Infantil como a

etapa inicial e, com isto surge o entendimento legal, “[...] de que a estimulação precoce é de responsabilidade da educação” (GORETTI, 2012, p. 45). Isto é, os serviços inicialmente destinados ao atendimento de crianças com ou sem deficiência ou transtornos eram de competência da assistência social, atualmente esses serviços são voltados a área educacional.

Dessa forma, creches e pré-escolas possuem a responsabilidade de atenderem crianças de zero a cinco anos com o intuito de desenvolverem integralmente a criança (físico, intelectual, psicológico e social), complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Hansel (2012) corrobora afirmando que:

Isso corrobora a ideia de que, principalmente nos casos de alunos com necessidades especiais, é recomendável a entrada na escola o mais breve possível, justamente porque com o atendimento educacional precoce, as possibilidades de um efetivo desenvolvimento infantil são maiores, ao mesmo tempo em que as famílias são orientadas e recebem algum tipo de apoio (HANSEL, 2012, p. 26).

Outrossim, ao se fazer menção à educação de crianças público alvo da educação especial são reforçados os princípios da escola inclusiva, possuindo como principal desafio dispor de uma pedagogia centrada na criança, educando sem discriminação, com respeito as diferenças. Ao dizer que a escola necessita atender as diversidades dos alunos com respostas efetivas, com apoio de instituições e de especialistas, resultará na estimulação precoce trabalhada na Educação Infantil.

Ademais, a escola regular deverá dar conta da especificidade e das particularidades das crianças, oferecendo quando necessário um atendimento Educacional Especializado atendendo de fato às necessidades de cada uma. A escola inclusiva buscará uma formação de qualidade para todos sem distinção, através de mecanismos de interação e de cooperação, auxiliando o ser humano a se ver e a se perceber como parte de um todo independente de suas limitações físicas, intelectuais ou sociais (DRAGO, 2014).

Neste comentário, passamos entender a Educação Infantil e o papel dos educadores como a sistemática adequada da proposta de serviços de estimulação precoce. A Educação Infantil é a etapa inicial da educação básica com finalidade de desenvolver integralmente a criança até cinco anos. Nela as crianças desenvolvem a linguagem, a psicomotricidade e

passa a interagir com o mundo a sua volta.

Todavia para sua inserção no ambiente escolar é visível a importância das adequações na escola para a inclusão dessas crianças. Como traz as autoras, Brande e Zanfelize (2012, p.44), receber alunos com deficiência, como transtornos invasivos do desenvolvimento, é um desafio que as escolas enfrentam diariamente, pois pressupõe utilizar de adequações ambientais, curriculares e metodológicas.

Todavia, ao citarmos o currículo como uma das adequações, deve-se levar em consideração a realidade de cada criança em específico, pois:

Pensar numa proposta curricular vai além dos conteúdos. Ou são os conteúdos mais importantes que o processo educativo? Ao educador faz-se necessário observar a real necessidade do aprendente autista e como esse currículo vai ajudá-lo no seu desenvolvimento cognitivo (CHAVES; ABREU, 2014, p. 6).

Levando em consideração o pressuposto curricular, é imprescindível entender o que cada criança necessita, analisar e avaliar constantemente o currículo proposto no processo de ensino-aprendizagem é algo relevante. Feito isso, o professor-educador avaliará o aluno nos seus avanços e dificuldades.

Para lograr êxito no ensino do aluno autista, faz-se necessário além da adequação curricular, uma formação acadêmica adequada por parte do educando, para que se alcance o desejado. Todavia, a falta de formação dispostas aos professores acerca do TEA é um problema nessa sistemática de inclusão do aluno. Santos (2008, p. 9) diz que no currículo dos cursos superiores, as informações sobre o autismo são razas e obsoletas, como a bibliografia é mínima e a maioria dos autores é estrangeiros, assim como as experiências nesta área são importadas.

No sentido de atingirmos a sistemática inclusiva da criança no ambiente escolar, necessitamos da atenção de diversas pessoas, como pais, educadores, colegas e a sociedade, dessa forma:

Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, sobretudo dos professores que atuam no ensino fundamental (SILVA; BROTHERHOOD, 2009, p. 3).

Uma forma de manter a atenção dos alunos portadores da síndrome é necessário utilizar métodos educacionais com o objetivo de que a criança autista seja de fato incluída e seu processo de aprendizagem seja efetivado. Partindo do pressuposto que a memória autista seja voltada para o campo visual, torna-se necessário:

[...] o educador em suas técnicas, valorize este lado, fazendo com que o aluno observe cores, tamanhos, espessuras, animais, pessoas... Por outro lado a sala de aula deve ter pouca estimulação visual para que a criança não desvie sua atenção da atividade em andamento. O ambiente educacional deve ser calmo e agradável, para que os movimentos estereotipados dos alunos não alterem (LOPES; PAVELACKI, 2005, p. 7).

No trabalho diário do professor na educação infantil assim como na estimulação precoce o objetivo principal é fomentar o desenvolvimento global da criança, apregoando a importância de estímulos para o desenvolvimento infantil. Uma vez que a estimulação que a criança recebe desde que nasce e se estende aos primeiros anos de vida é imprescindível para o seu desenvolver, pois lhe permite atingir novas fases cognitivas, emocionais e físicas, proporcionando que ela experimente e conviva com pessoas em um ambiente adequado e igual, gerando experiências de aprendizagem enriquecedoras como as ciências pedagógicas preconizam.

Portanto, fica visível o importante papel do professor na inserção da criança no ambiente escolar, resultando em melhoras em todas as áreas do indivíduo, propiciando futura mente uma melhor condição de vida. Todavia, a área educacional deve ser alvo constante de novos incentivos tanto econômicos quanto de políticas públicas voltadas ao público-alvo. Somente, por meio deste será possível cada vez mais diminuir as desigualdades de crianças e jovens acometidos pelo transtorno estudado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto de pesquisa buscou apresentar o conceito do Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como a complexidade que envolve o diagnóstico de autismo, suas variações e particularidades.

O autismo faz despertar inúmeros interesses em diversas áreas de abordagens, por conseguinte, conforme o viés psicanalítico, os literários e estudiosos demonstram se tratar

de uma síndrome, não possuindo tratamento único e nem um fármaco específico.

Neste diapasão, o diagnóstico e a estimulação precoce se torna relevante nos primeiros três anos de idade, devido o processo de formação dos aspectos estrutural e instrumental do desenvolvimento infantil, impendindou ou diminuindo as chances de anomalias se fixarem permanente.

Além disso, os estímulos recebidos pela criança nos primeiros anos de vida são indispensáveis, sendo estes que lhe permitirão alcançar novas fases no desenvolvimento. Dessa forma, inserir a criança com deficiência em um ambiente escolar regular lhe proporcionará experiências enriquecedoras nos aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais.

Apresentou-se a estimulação precoce como uma grande ferramenta, um trabalho onde se promove inúmeros estímulos levando as crianças portadoras do TEA a atingirem novos caminhos em sua vida e na trajetória escolar.

Demonstrou-se o importante papel do educador nesse diagnóstico e estimulação precoce da criança, todavia propiciar um ambiente com condições necessárias para o profissional atender as necessidades desses alunos é algo imprescindível.

Além disso, o currículo vislumbrou-se com grande importância para a educação e inserção do autista. Visto que é este que levará a autonomia do sujeito, tornando-o capaz de desenvolver atividades do dia a dia, atuando no desenvolvimento da criança autista.

Somente com a prática aplicada no ambiente escolar, surgirão novos conhecimentos e comportamentos passam a serem desenvolvidos no aluno, e assim seus déficits sociais passam a ser ultrapassados e a escola se tornará realmente inclusiva.

Por fim, constatou-se com o referido estudo uma necessidade de ampliação literária sobre o Transtorno do Espectro Autista, a criação de novas políticas visando a real integração dessas crianças na sociedade, bem como o investimento cada vez maior na educação, principalmente na educação infantil, público alvo desta pesquisa, com esses recursos alocados com viés de inclusão, assim a formação de professores e a contratação de novos profissionais serão realizadas com maior frequência.

Suprida essas necessidades a resposta das crianças com essa patologia será evidente e, os princípios constitucionais serão respeitados.

REFERÊNCIAS

ADURENS, Fernanda Delai Lucas; MELO, Maribél de Salles de. **Reflexões a Cerca da Possibilidade de Prevenção do Autismo**. *Estilos da clínica.*, São Paulo, v. 22, n. 1, jan. /abr. 2017, p.150-165. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282017000100009 > acesso em: 03 dez. 2021.

BAPTISTA, R. **Autismo e Educação**. Porto Alegre: Grupo A, 2002.

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: atuais interpretações para antigas observações**. In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). *Autismo e educação: atuais desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 22-39.

BRANDE, Carla Andréa; ZANFELICE, Camila Cilene. **A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens**. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012. Disponível em:<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/3350> . Acesso em: 03 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de Estimulação Precoce. Crianças de zero à 3 anos com atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor**. Brasília-DF-2016. Disponível: < <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/janeiro/13/Diretrizes-de-Estimulacao-Precoce.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce: o portador de necessidades educativas especiais**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial (SEESP), 1995.

BRITO, Elaine Rodrigues. **A inclusão do autista a partir da educação infantil: Um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no Município de Sinop - Mato Grosso**. *Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências* v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 82-91, jun./jul. 2015.

CHAVES, Maria José; ABREU. Márcia Kelma de Alencar. **Currículo inclusivo: proposta de flexibilização curricular para o aprendente autista**. 2014. Disponível em: < https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_11_1_1_2014_00_14_48_idinscrito_1032_21baa4b98f17f639f8e420243e5ad478.pdf. Acesso em: 03 dez. 2021.

CORREIA, N. C. C. C. **A importância da intervenção precoce para as crianças com autismo na perspectiva dos educadores e professores de educação especial**. 143f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação)- Escola Superior de Educação Almeida Garrett. Lisboa,

Portugal, 2011.

COSTA, R. C. G. F. **O estado do conhecimento sobre estimulação precoce no conjunto de teses e dissertações brasileiras no período entre 2000 e 2011.** 123f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação-Setor de Educação. Curitiba/PR, 2013.

DRAGO, R. **Inclusão na Educação Infantil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014

GORETTI, A. C. S. **A relação mãe-bebê na estimulação precoce: um olhar psicanalítico.** 133f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica de Brasília. Brasília, Programa de Pós-graduação em Psicologia. Brasília/DF, 2012.

HANSEL, A.F. **Estimulação precoce baseada em equipe interdisciplinar e participação familiar: concepções de profissionais e pais.** 139f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação-Setor de Educação. Curitiba/PR, 2012.

JERUSALINSKY, Alfredo. **Psicanálise do Autismo.** 2ª edição, revisada e ampliada. São Paulo: Instituto Langage, 2012.

JERUSALINSKY, Julieta. **Nem todo sofrimento na primeira infância é autismo, mas precisa ser tratado favorecendo a constituição.** In: *Autismo e Interfaces da Rede*. C. APPOA, Porto Alegre, ed. 266, jun., 2017, p.32-36. Disponível: www.apoa.com.br/correio/edicao/266/.../455 . Acesso em 03 dez. 2021.

LIMA, C.B. (2012). **“Perturbações do Espectro do Autismo”- Manual Prático de Intervenção.** Lisboa: Editora Lidel.

LOPES, Daniele Centeno; PAVELACKI, Luiz Fernandes. **Técnicas utilizadas na educação de autistas.** 2005. 11 p. Disponível em: http://www.educamoc.com.br/admin_blogs/assets/uploads/bfc70e185171153f359cc981d3305867.PDF. Acesso em: 03 dez. 2021.

MARINHO, Eliane A. R.; MERKLE, Vânia L. B. **Um olhar sobre o autismo e sua especificação.** In: IX Congresso de Educação – EDUCERE; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – PUCPR, out. 2009. p. 6.084-6.096. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/1913_1023.pdf. Acesso em: 03. dez. 2021.

NASCIMENTO, F. F.; CRUZ, M. M.; BRAUN, P. **Escolarização de pessoas com transtorno do espectro do autismo.** A partir da análise da produção científica. Disponível na Scielo Brasil (2005-2015). Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 24(125), 2017.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano dos. **Autismo: desafios na alfabetização e no convívio escolar**. 2008. 36 f. Trabalho de Conclusão (Curso de Distúrbios de Aprendizagem) – Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1588295-Ana-maria-tarcitano-dos-santos-autismo-desafio-na-alfabetizacao-e-no-convivio-escolar.html> Acesso em: 03 dez. 2021.

SIEGEL, B. (2008). **“O mundo da criança com autismo: compreender e tratar perturbações do espectro do autismo.”**Porto: Porto Editora

SILVA, Maria do Carmo Bezerra de Lima; BROTHERHOOD, Rachel de Maya. **Autismo e inclusão: da teoria à prática**. In: V ECPP, Maringá, out. 2009.

Disponível em:< https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2009/wp-content/uploads/sites/77/2016/07/maria_carmo_bezerra_lima_silva.pdf . Acesso em: 03 dez. 2021.

VOLKMAR, Fred. R. **Autismo: Guia Essencial para Compreensão e Tratamento**. Porto Alegre: Artmed, 2018.